

Concurso de ideias para o design de espaços de aprendizagem



**Infraestrutura e ambientes educacionais
na América Latina e no Caribe no século XXI**

ÍNDICE

1. CONVITE PARA INSCRIÇÕES

2. REGULAMENTO DO CONCURSO

- 2.1 Convocatória e natureza do concurso
- 2.2 Participantes
 - 2.2.1 Consentimento
 - 2.2.2 Condições que os participantes devem cumprir
 - 2.2.3 Inscrição
 - 2.2.4 Declaração juramentada dos participantes
 - 2.2.5 Anonimato

2.3 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

- 2.3.1 Assessores
- 2.3.2 Deveres dos assessores
- 2.3.3 Consultas com os assessores
- 2.3.4 Cronograma

2.4 SUBMISSÃO DE TRABALHOS

- 2.4.1 Condições
- 2.4.2 Categorias
- 2.4.3 Identificação
- 2.4.4 Recepção das obras

2.5 O JÚRI

- 2.5.1 Composição do júri
- 2.5.2 Deveres e poderes do júri
- 2.5.3 Relatório Consultivo
- 2.5.4 Avaliação das obras

2.6 SELEÇÃO DAS OBRAS

- 2.6.1 Propostas selecionadas
- 2.6.2 Oficina para ajuste de propostas selecionadas e condições de contratação
- 2.6.3 Irrecorribilidade da decisão
- 2.6.4 Ata final
- 2.6.5 Propriedade intelectual e autorizações

3. BIBLIOGRAFIA E MATERIAIS DE REFERÊNCIA

1. CONVITE PARA INSCRIÇÕES

*O espaço como um terceiro educador.
L. Malaguzzi (1920-1994)*

Em 2015, todos os países da região se comprometeram a alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, que visa “garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade” até 2030. A agenda elaborada incentiva os países a construir e aprimorar instalações educacionais que sejam sensíveis às crianças, às pessoas com deficiência e às questões de gênero, e a proporcionar ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos. Atingir esse objetivo envolve a promoção de ações abrangentes voltadas para a reversão das desigualdades em uma área estratégica para os países da região.

Como demonstram diversos relatórios regionais, os níveis médios de desigualdade na região permaneceram inalterados nas últimas décadas, apesar dos diversos esforços empreendidos pelos países (CAF 2022). O Relatório RED sobre Economia e Desenvolvimento (CAF 2022) analisa a mobilidade educacional, ocupacional, de renda, de saúde e de riqueza na América Latina e destaca que a mobilidade educacional desempenha um papel central na compreensão abrangente da desigualdade, devido à sua estreita ligação com múltiplas dimensões do bem-estar e à ampla disponibilidade de medidas internacionalmente comparáveis. O estudo também aponta uma estreita relação entre medidas de persistência intergeracional em anos de escolaridade e aquelas que mensuram a desigualdade de oportunidades educacionais (CAF 2022). Alguns autores consideram que a pobreza e a desigualdade se expressam nos problemas que as populações mais desfavorecidas enfrentam para acessar a educação (Gallegos 2005), enquanto outros apontam que estudantes de baixa renda que estudam em escolas com infraestrutura deficiente sofrem uma dupla desvantagem em relação à igualdade de condições (Barrett et al. 2019).

Outro aspecto a considerar são as características particulares da região no que diz respeito ao processo de urbanização predominante em sua dinâmica territorial e às desigualdades que isso acarreta entre os ambientes urbanos e rurais. Apesar da alta porcentagem de população urbana na região (mais de 90% em alguns países, como Uruguai, Argentina e Venezuela), as escolas rurais representam pelo menos 30% de todos os estabelecimentos de ensino da região (UNESCO 2016). Segundo a UNESCO, em todos os países da região, existem lacunas significativas entre as condições de infraestrutura das escolas frequentadas por alunos em áreas rurais em comparação com as escolas frequentadas por alunos em áreas urbanas (UNESCO-OREALC 2017). As diferenças entre escolas rurais e urbanas são extensas e relacionam-se a vários aspectos da infraestrutura, desde o acesso a serviços básicos até o projeto e o conforto de seus espaços e mobiliário (Duarte et al. 2011).

Apesar dessas diferenças e da complexidade do contexto de cada país, parece haver um amplo consenso de que os aspectos físicos da infraestrutura educacional influenciam significativamente os processos de aprendizagem. Estudos em nível regional, bem como aqueles que analisam o impacto em contextos nacionais, demonstram uma correlação particular entre a qualidade física da infraestrutura e o desempenho acadêmico dos alunos em diferentes níveis de ensino (UNESCO-OREALC 2010 e 2017; Duarte et al. 2011; Murillo & Roman 2011; Miranda 2018; Claus 2018; Barrett et al. 2019; Nasuna et al. 2022; entre outros). Estudos também mostram que, além de influenciar os processos de aprendizagem, a qualidade física das escolas afeta a saúde e a segurança dos alunos (Barrett et al. 2019). Miranda (2018) aponta alguns estudos e destaca dois tipos de influência da infraestrutura na aprendizagem: um que atribui um papel motivacional à infraestrutura, que considera que um ambiente mais agradável gera bem-estar nos usuários do mesmo e melhora sua atitude em relação ao ensino e à aprendizagem; o segundo atribui um papel funcional, uma vez que permite o melhor desenvolvimento das atividades do processo de ensino-aprendizagem.

Até mesmo estudos internacionais apresentam argumentos na mesma linha. O segundo Estudo Comparativo e Explicativo Regional (SERCE) (UNESCO-OREALC 2010) avaliou o desempenho de alunos do ensino fundamental e constatou que a infraestrutura escolar e a disponibilidade de recursos didáticos estavam fortemente relacionadas ao rendimento acadêmico dos alunos. Da mesma forma, reconhece que melhores instalações e recursos didáticos se correlacionam com melhores resultados para os alunos, bem como com uma maior probabilidade de conclusão do ensino fundamental e de continuidade no ensino médio. Outro estudo realiza-

do no contexto africano (Nasuna et al., 2022) constatou que uma infraestrutura escolar de melhor qualidade (salas de aula, banheiros e saneamento) promove uma maior propensão dos alunos a se matricular e, conseqüentemente, melhora o acesso ao ensino fundamental. Igualmente, outros autores apontam que, em escolas com maiores necessidades, os alunos obtiveram resultados piores em testes de leitura e matemática (Duarte et al., 2011).

Esses e outros estudos destacam a lacuna na oferta de infraestrutura básica nas escolas da região, apesar de seu impacto direto na qualidade da infraestrutura educacional e nos processos de aprendizagem que ela fomenta. Segundo Miranda (2018), essas lacunas são impulsionadas principalmente por deficiências na infraestrutura básica (telhados, paredes, banheiros, quadros, mesas e cadeiras), que afetam desproporcionalmente as escolas que atendem comunidades vulneráveis. Elas também incluem lacunas relacionadas à inovação curricular, que impactam não apenas as escolas em áreas vulneráveis, mas também um grande número de escolas dentro do sistema educacional. Essa perspectiva, entre outras, demonstra a importância da infraestrutura para abordar a lacuna educacional em nível regional. Evidências mostram que a falta de serviços básicos, como eletricidade, água potável, saneamento, serviço telefônico ou coleta adequada de lixo nas escolas, está fortemente associada à violência, discriminação e oportunidades limitadas de aprendizagem (Duarte et al., 2011).

Outro fator destacado por alguns autores é a influência do ambiente na qualidade da infraestrutura educacional. Estudos como os de Dorman et al. (2006) demonstram que os alunos aprendem melhor quando percebem seu ambiente de aprendizagem como positivo e acolhedor. Barrett et al. (2019), por sua vez, apontam que a educação não ocorre isoladamente e enfatizam a importância de as escolas estarem inseridas em seus contextos sociais e construídos, muitas vezes tornando-se o centro de atividades públicas, cívicas, sociais e culturais, entre outras, na maioria das comunidades. Em muitos casos, os prédios escolares representam o maior patrimônio imobiliário em um bairro residencial, fato corroborado pela Comissão *Britânica para Arquitetura e Ambiente Construído*, que define identidade e contexto como alguns dos critérios mais importantes para o projeto de escolas bem-sucedidas (Barrett, et al. 2019).

Alguns estudos introduzem aspectos a serem considerados no projeto de infraestrutura escolar e priorizam certas dimensões: em primeiro lugar, as escolas devem ser inclusivas e garantir o acesso a todos, especialmente aos mais vulneráveis devido à sua situação econômica e/ou social, gênero ou deficiência; em segundo lugar, as escolas devem ser adequadas, ou seja, devem atender às condições básicas de segurança (temperatura, qualidade do ar, iluminação, higiene e outros fatores, como proteção contra inundações e terremotos); por fim, devem ser eficazes e flexíveis, facilitando diversas práticas pedagógicas para alcançar os objetivos de aprendizagem de habilidades do século XXI, como colaboração e trabalho em equipe (Barrett et al., 2019). Essas premissas abrangem uma série de aspectos a serem considerados ao projetar e intervir na infraestrutura escolar:

- Distribuição local das escolas para manter distâncias de deslocamento razoáveis até a escola;
- Instituições de porte relativamente pequeno, com turmas relativamente pequenas e densidade de ocupação das salas de aula relativamente baixa¹;
- Utilização durante um dia letivo razoável e com agendamento otimizado dos espaços para liberar capacidade e maximizar os benefícios educacionais;
- Adaptação às condições climáticas e culturais;
- Geração de boas condições naturais no que diz respeito à iluminação, qualidade do ar, controle de temperatura, acústica e ligações com a natureza;
- Adaptação e flexibilidade dos espaços de aprendizagem para acomodar diferentes usos e faixas etárias dos alunos;

¹Escolas menores, sem problemas de superlotação, oferecem um ambiente onde professores, alunos e pais se veem como parte de uma comunidade e abordam questões de aprendizagem e diversidade, governança e a construção de um espaço de aprendizagem acolhedor. Uma análise de estudos realizados no contexto finlandês indica que as escolas primárias devem ter entre 300 e 500 alunos, enquanto para as escolas secundárias esse limite deve ser entre 600 e 1.000 alunos (Barrett et al., 2019).

- Implementação de zonas de aprendizagem e criação de conexões entre espaços de aprendizagem que sejam fáceis de navegar e que possam proporcionar oportunidades adicionais de aprendizagem²;
- Promoção da estimulação ambiental através do uso de cores e complexidade visual;
- Projetar de dentro para fora (da sala de aula à escola) para que cada espaço atenda às necessidades de quem o utiliza;
- Incorporação de mobiliário de qualidade e flexível para permitir diferentes utilizações;
- Design participativo, que incorpora as vozes das comunidades envolvidas e as necessidades dos usuários;
- Incorporação da perspectiva de gênero, diversidade e inclusão no design de espaços e mobiliário fixo e móvel; entre outros.

Essas ações podem ser abordadas considerando diferentes elementos e fatores de design. Aspectos específicos de como projetar e construir ambientes educacionais inovadores foram abordados por diversos autores (Nair & Fielding 2005; O'Donnell et al. 2010; OECD CELE 2011; Banco Mundial 2014; Bosch 2018), levando em conta diferentes perspectivas contextuais e de design. Os exemplos a seguir ilustram esse ponto:

- O Catálogo GLOSI (Biblioteca Global de Escola o Centro³ de Recursos de Infraestrutura do Banco Mundial) foi desenvolvido no âmbito do Programa Global para Escolas Mais Seguras (GPSS) e financiado pelo Fundo Global para Redução e Recuperação de Desastres (GFDRR). Seu objetivo é promover investimentos em larga escala para melhorar a segurança e a resiliência da infraestrutura escolar em risco de desastres naturais e aprimorar a qualidade dos ambientes de aprendizagem para crianças (Banco Mundial, 2014). Ele serve como um repositório de conhecimento e dados baseados em evidências sobre infraestrutura escolar, incluindo um catálogo global aberto de tipos de edifícios escolares, informações sobre vulnerabilidades e soluções para melhorar a segurança e a resiliência da infraestrutura escolar em larga escala (Banco Mundial, 2014).

- O catálogo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, "Escolas do Século XXI na América Latina e no Caribe"⁴ apresenta experiências exemplares de inovação em infraestrutura escolar na América Latina e no Caribe, concebidas como modelos para o desenvolvimento de espaços educativos que fomentem a aprendizagem e a aquisição de competências do século XXI. Inclui 62 escolas de toda a região que promoveram a inovação em um ou mais de seus aspectos centrais.

- O estudo HEAD (*Holístico*) *O Grupo de Pesquisa em Evidências e Design* da Universidade de Salford definiu três fatores gerais a serem considerados (Barrett et al., 2015). Primeiro, a naturalidade inclui elementos como luz, som, temperatura, umidade e conexões com a natureza, sendo a categoria mais influente na qualidade da infraestrutura analisada. Segundo, a individualização inclui aspectos relacionados à propriedade, flexibilidade e conectividade. Por fim, a estimulação inclui aspectos relacionados à complexidade visual e à cor. Embora cada um desses aspectos tenha relevância variável dependendo do contexto, o estudo constatou que os dois últimos grupos de fatores representam quase metade da influência na qualidade da infraestrutura e, embora raramente sejam considerados, juntos representam uma importância equivalente à da naturalidade (Barrett et al., 2015).

- Por fim, o CAF, Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe, produziu uma série de documentos que abordam os desafios da formulação e do planejamento de projetos de infraestrutura educacional: a) o "Guia de Projetos de Infraestrutura Educacional" (CAF 2021a) e o "Guia de Formulação de Projetos de Infraestrutura Educacional" (CAF 2021b), que visam apoiar atores do setor público, implementadores e gestores de programas na formulação de ações de infraestrutura educacional, desde a sua concepção até a produção do projeto final; b) o documento que aborda "Cinco Casos de Sucesso no Planejamento e Planejamento de Projetos de Infraestrutura Educacional" (CAF 2021c), que analisa experiências na produção

²A flexibilidade e a adaptabilidade no design de espaços de aprendizagem formais e informais podem não só proporcionar aos alunos oportunidades, estímulos e experiências de aprendizagem mais diversificados, como também a oportunidade de desenvolver competências não cognitivas (Barrett, et al., 2019).

³Consulte <https://gpss.worldbank.org/glosi/overview> (Acessado em 28/12/2025).

⁴Consulte <https://escuelassigloxxi.iadb.org/escuelas> (Acessado em 04/05/2023).

de infraestrutura educacional na região e apresenta recomendações para o desenvolvimento de políticas e ações no setor; c) o “Guia de Gestão de Infraestrutura para Escolas Seguras no Contexto do Marco Integral de Segurança Escolar” (CAF 2021d)⁵, que inclui um foco específico na dimensão da segurança na produção de infraestrutura educacional; d) o “Guia para o projeto de infraestruturas educacionais a partir de uma perspectiva de gênero” (CAF 2023), que fornece um conjunto de ferramentas teóricas e práticas para integrar a perspectiva interseccional de gênero e a da sustentabilidade ambiental no projeto de infraestruturas educacionais; e e) o “Guia para a inovação em espaços de aprendizagem” (CAF 2025), que propõe ferramentas para analisar e promover ambientes e infraestruturas educacionais na América Latina e no Caribe no século XXI com base em critérios de inovação vinculados à ecodependência, adequação e inclusão.

Dentre todos esses aspectos, alguns autores destacam a importância da participação dos diversos atores envolvidos nos projetos e da colaboração de todas as partes interessadas para garantir o bom funcionamento e a sustentabilidade da infraestrutura. Essa participação deve se basear em um diálogo contínuo entre planejadores, educadores e projetistas, complementando suas perspectivas.

O conceito que abre esta introdução, “o espaço como o terceiro educador” — apresentado pelo pedagogo Loris Malaguzzi, fundador da abordagem Reggio Emilia — postula que o ambiente deve ser considerado uma importante ferramenta pedagógica, facilitando a aprendizagem e promovendo a autonomia individual e coletiva. Em suma, e seguindo Balmaceda Errazuriz et al. (2019, p. 20), propõe-se que o espaço seja considerado “como uma ferramenta pedagógica relevante para a aprendizagem e participação ativa de cada criança, onde ela possa aprender autonomamente, tanto individual quanto coletivamente, e onde esse espaço educativo se torne um verdadeiro lugar de exploração, descoberta e inovação”. Isso é possível quando os espaços de aprendizagem são harmoniosos, acolhedores, desafiadores, ordenados e organizados, diversos em experiências e recursos, diversos em relações e promovem a aprendizagem autônoma (Figura 1).

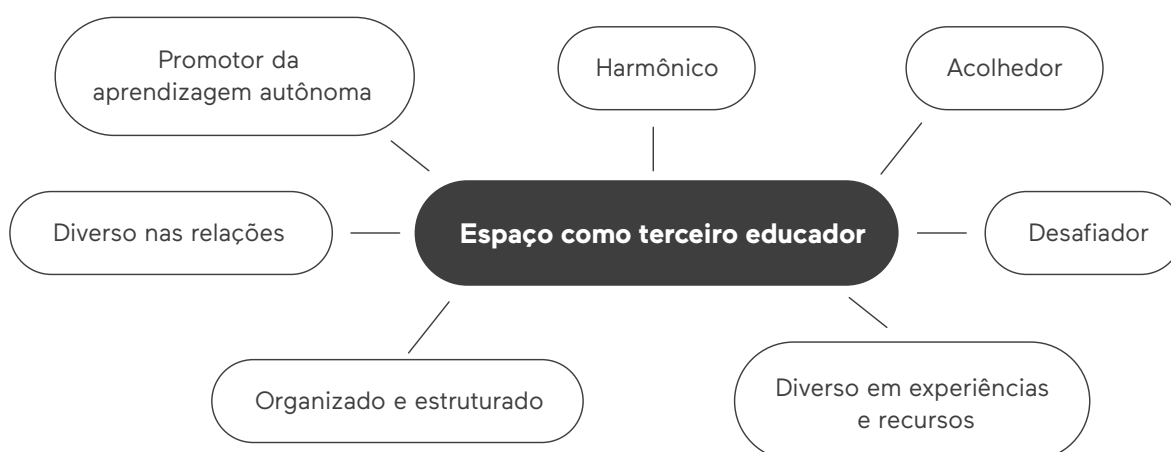


Figura 1- Características de um espaço considerado terceiro educador (Fonte: Balmaceda Errazuriz et al. 2019, p. 20)

Partindo dessas premissas, o concurso proposto visa reunir ideias inovadoras para a construção e o aprimoramento da infraestrutura de aprendizagem em nossa região, fomentando um salto qualitativo no desenvolvimento de projetos arquitetônicos para instituições de ensino. **Nesse contexto, propõe-se um concurso de ideias para incentivar a produção de propostas arquitetônicas inovadoras, alinhadas às melhores práticas atuais em educação, a partir de uma abordagem centrada no aluno.**

⁵O Guia também está disponível em português “Guia Escolas Seguras para América Latina e Caribe” (CAF 2021e) e em inglês “Guia de Escolas Seguras para a América Latina e o Caribe” (CAF 2021f).

2. Regras da competição

2.1 Chamada e natureza da competição

CAF - **Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe** - doravante denominado "o Promotor", Juntamente com a **Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos (FPA)**, doravante denominadas "Coorganizadoras", convidam você a participar do **Concurso de Ideias para Inovação em Espaços de Aprendizagem: Infraestrutura e Ambientes Educacionais na América Latina e no Caribe no Século XXI**. O concurso centra-se em escolas públicas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, abrangendo todas as variações e modelos que possam ser desenvolvidos em diferentes países. O objetivo é desenvolver propostas inovadoras na área de design de espaços de aprendizagem, que permitam repensar os ambientes educacionais em nível regional.

Um requisito fundamental deste concurso é o desenvolvimento de um projeto situado, culturalmente enraizado e ambientalmente sustentável, que incorpore perspectivas de gênero, diversidade e inclusão, bem como critérios de replicabilidade e escalabilidade. Todas as ideias e propostas devem considerar critérios de design adequados aos contextos ambiental, econômico, sociocultural, pedagógico, tecnológico e institucional, entre outros, buscando oferecer soluções originais que possam ser adaptadas e transferidas para contextos semelhantes.

perspectiva geocultural " implica que cada profissional, ou equipe de profissionais, deve desenvolver uma proposta em uma localização geográfica definida, de acordo com as categorias estabelecidas pelas bases, fornecendo a caracterização geográfica, ambiental, cultural, socioeconômica e urbano/rural desse contexto específico, e explicitando os componentes do projeto suscetíveis de replicação (princípios, sistemas, critérios, dispositivos e/ou estratégias), bem como as condições mínimas para sua implementação em outros territórios.

O concurso incentiva o desenvolvimento de ideias que surjam de necessidades reais identificadas nas comunidades onde os projetos são propostos; por exemplo, a ampliação de uma escola existente ou a construção de uma nova unidade educacional em uma área com necessidades não atendidas. Além disso, visa também gerar ideias que possam ser expandidas e replicadas em outros locais. Em outras palavras, busca um equilíbrio entre a criação de projetos que ofereçam soluções concretas para deficiências e/ou problemas identificados na região e a realização de pesquisas que promovam uma reflexão aprofundada sobre as complexidades dos espaços de aprendizagem em nossa região. O objetivo é encontrar soluções específicas (pensando localmente) que também possam ser transferidas e replicadas (agindo regionalmente).

Com o objetivo de transformar a realidade educacional em nossa região, o Concurso defende estratégias de ação em cinco áreas fundamentais, extraídas do Guia de Inovação em Espaços de Aprendizagem (CAF 2025):

1. Infraestrutura como espaço de inclusão: Imaginemos os espaços educativos como um terceiro professor (o primeiro sendo a comunidade de aprendizagem, o segundo os professores tradicionalmente reconhecidos), um espaço de convivência que facilita e molda a aprendizagem. Promover essa visão implica projetar ambientes que reflitam o respeito à diversidade e à igualdade de gênero.

2. Integração da infraestrutura com o entorno: Promovemos a conexão dos espaços educativos com a comunidade local para enriquecer a troca de conhecimentos, fortalecendo os laços entre a escola e a comunidade. Essa sinergia beneficia não apenas os alunos, mas também fortalece os vínculos entre a escola e a comunidade, criando um ecossistema educativo mais rico e colaborativo. Nesse sentido, é importante promover processos participativos para o projeto e a implementação de infraestruturas adaptadas aos contextos e realidades locais, por exemplo, em termos de utilização de materiais disponíveis e de técnicas construtivas ou práticas culturais locais.

3. Adequação e Flexibilidade dos Espaços de Aprendizagem: Reconhecemos que a aprendizagem não se limita a quatro paredes estáticas; a flexibilidade é necessária para se adaptar a diferentes métodos pedagógicos e estilos de aprendizagem. A infraestrutura educacional deve promover transições fluidas entre os espaços,

fomentando a colaboração e a criatividade. Salas de aula versáteis e áreas de aprendizagem ao ar livre oferecem oportunidades para explorar, experimentar e aprender de forma dinâmica. A inclusão educacional também entra em jogo aqui, uma vez que discutir a flexibilidade nos espaços de aprendizagem implica que o próprio ambiente ensina e que os alunos aprendem de diversas maneiras, algumas mais tradicionais do que outras (Garner, 1983).

4. Ecoeficiência e sustentabilidade ambiental: Promovemos intervenções ecologicamente desenvolvidas que refletem a importância do respeito ao meio ambiente e da conservação dos nossos recursos. O uso de materiais eficientes, a redução de emissões e a utilização de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e Infraestrutura Azul e Verde (IAV) são elementos-chave a serem considerados no projeto de infraestrutura de aprendizagem.

5. Transferibilidade ou replicabilidade: Incentivamos propostas que sejam transferíveis ou replicáveis. Transferíveis para que possam catalisar novas propostas em outros contextos, e replicáveis para que possam ser reutilizadas em contextos com características semelhantes. Essas condições implicam que as propostas devem desenvolver estratégias de projeto (organizacionais) claras e racionais, com lógica material ou construtiva que favoreça a sistematização de soluções construtivas ou sua pré-fabricação, enfatizando o uso de recursos e mão de obra locais.

Vamos imaginar um futuro onde as escolas sejam polos dinâmicos de conhecimento, fortalecidos por uma estrutura de igualdade, na qual cada aluno construa, junto com sua comunidade educativa, um caminho para obter oportunidades de desenvolvimento e progresso. Para alcançar esse cenário, é necessário promover práticas inovadoras que transformem a infraestrutura educacional da América Latina e do Caribe em espaços que reflitam as aspirações dos cidadãos que nossa região precisa para ser mais equitativa e justa.

Este edital de propostas abrange as seguintes regiões e países da América Latina e do Caribe com associações, conselhos ou faculdades de arquitetura e urbanismo filiados à FPA:

Região Norte

- Federación de Colegios de Arquitectos de la República Mexicana A.C. (FCARM)

Região Centro

- Colegio de Arquitectos de Panamá (CAP)
- Colegio de Arquitectos de Costa Rica (CARC)
- Colegio de Arquitectos de Honduras (CAH)
- Colegio de Arquitectos de El Salvador (CADES)
- Colegio de Arquitectos de Guatemala (CAG)

Região Do Caribe

- Institute of Bahamian Architects (IBA)
- The Jamaican Institute of Architects (JIA)
- Sociedad de Arquitectos e Ingenieros Antillanos (SAIA)
- The Barbados Institute of Architects (BIA)
- Sociedad de Arquitectos de la República Dominicana (SARD)
- The Trinidad and Tobago Institute of Architects (TTIA)
- Ordre des Architectes de Martinique*
- Ordre des Architectes de Guadeloupe*
- Ordre des Architectes de Guyane*

Região Andina

- Sociedad Colombiana de Arquitectos (SCA)
- Colegio de Arquitectos del Perú (CAP)
- Colegio de Arquitectos de Venezuela (CAV)
- Colegio de Arquitectos de Bolivia (CAB)
- Colegio de Arquitectos del Ecuador (CAE)

Região do cone sul

- Colegio de Arquitectos de Chile (CA)
- Sociedad de Arquitectos del Uruguay (SAU)
- Asociación Paraguaya de Arquitectos (APAR)
- Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)
- Federación Argentina de Entidades de Arquitectos (FADEA)

***Nota:** Os inscritos em secções nacionais sediadas na Martinica, Guadalupe e Guiana Francesa podem submeter propostas se estiverem localizadas em países membros da CAF.⁶

2.2 Sobre os Participantes

2.2.1 Consentimento

A participação neste concurso implica o conhecimento e a aceitação de todas as disposições deste regulamento. Nenhum participante poderá apresentar queixa ao Promotor e/ou aos Co-organizadores, nem poderá realizar qualquer propaganda que tente distorcer a decisão ou desacreditar os membros do Júri, o Comitê Consultivo, o Promotor, os Co-organizadores e/ou outros participantes. A decisão é final e irrecorrível. Aqueles que violarem este regulamento estarão sujeitos às sanções correspondentes, após intervenção dos Tribunais de Honra e/ou Comissões Disciplinares ou de Ética competentes.

Qualquer participante que não cumprir, alterar, modificar e/ou substituir, parcial ou totalmente, os requisitos que o qualificam para participar deste Concurso será desclassificado e perderá o direito de ser convidado pelo Promotor para desenvolver a ideia arquitetônica, bem como o pagamento por esse desenvolvimento, caso seja selecionado para a fase de desenvolvimento da ideia. Se a infração mencionada for considerada grave ou contrária ao espírito deste Concurso pelo Júri e/ou assessores, será encaminhada ao Tribunal de Honra ou ao órgão disciplinar ou ético competente em sua jurisdição.

2.2.2 Condições que os participantes devem cumprir

Os seguintes podem participar como autores:

Arquitetos, individualmente ou como parte de equipes nacionais ou internacionais, com diploma emitido ou validado por universidades nacionais e/ou privadas, e inscritos em uma das Ordens de Arquitetos e/ou Sociedades de Arquitetos pertencentes à FPAA listadas acima, e que não apresentem qualquer impedimento para sua participação nestas diretrizes. No caso de equipes interdisciplinares, é necessário e suficiente que o(s) arquiteto(s) principal(is) atenda(m) aos requisitos mencionados, sendo listado(s) como autor(es), com os demais profissionais como colaboradores.

É condição obrigatória que os arquitetos participantes possuam métodos oficiais de faturamento que permitam ao Promotor, caso a proposta seja selecionada, efetuar um pagamento internacional pelo desenvolvimento da ideia arquitetônica.

Os participantes que não preencherem as condições detalhadas acima podem candidatar-se como colaboradores.

Sugere-se que as equipes participantes contem com a assessoria de especialistas em educação e pedagogia entre seus membros.

Os seguintes candidatos não serão elegíveis para participar da competição:

⁶Ver: CAF Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (2025). Guia de Inovação em Espaços de Aprendizagem: Ambientes e Infraestrutura Educacionais na América Latina e no Caribe no Século XXI. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/han>

A. Qualquer pessoa com parentesco consanguíneo até o quarto grau e por afinidade até o segundo grau, que seja credora, devedora, fiadora, sócia, colaboradora ou que tenha vínculo empregatício, contratual e/ou comercial com qualquer membro do Júri, do Conselho Consultivo, do Promotor e/ou daqueles que participaram da elaboração destas Regras atualmente e/ou nos últimos seis meses, é inelegível. Da mesma forma, qualquer pessoa cujo vínculo empregatício seja incompatível com as Regras deste Concurso também é inelegível.

B. Qualquer pessoa abrangida pela Lei de Ética Pública (seja como funcionário e/ou pessoal contratado).

C. Os membros do Conselho Administrativo das Entidades organizadoras do Concurso, a menos que informem as autoridades de sua participação por meio de nota e solicitem licença durante o andamento do Concurso.

D. Profissionais que não possuem/atendem aos requisitos de faturamento internacional.

Para solicitar o pagamento pelos serviços, os selecionados deverão apresentar à CAF uma fatura em formato impresso ou eletrônico, endereçada à Corporação Andina de Desenvolvimento, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- Identificação detalhada do nome ou da razão social;
- Endereço e número de telefone;
- Conceito: Descrição dos serviços a serem pagos e, se aplicável, do produto final correspondente;

O valor a ser pago será discriminado de acordo com os detalhes estabelecidos nestes Termos e Condições.

2.2.3 Registro

Não é necessário cadastro prévio. Os trabalhos, juntamente com a Declaração Juramentada (Anexo A), devem ser enviados para o site oficial do Concurso (www.caf.com/es/trabaja-con-nosotros/convocatorias/concurso-de-arquitectura-educativa/) a partir das 00h00 de Caracas, Venezuela (GMT -4) do dia 6 de abril de 2026 e até às 23h59 de Caracas, Venezuela (GMT -4) do dia 16 de abril de 2026 .

2.2.4 Declaração juramentada dos participantes

Cada participante deve declarar por escrito, sob sua assinatura, que a ideia submetida é uma obra original de sua autoria, concebida e elaborada sob sua supervisão direta, em conformidade com a declaração juramentada incluída no Anexo A deste regulamento. Este arquivo deve ser baixado da plataforma, impresso, preenchido à mão, digitalizado e enviado como Documento 3. Esta declaração não poderá ser substituída, modificada ou alterada sob nenhuma circunstância. Os participantes podem mencionar colaboradores, independentemente de atenderem ou não aos requisitos estabelecidos, mas as obrigações do Promotor decorrentes do Concurso se limitam ao(s) profissional(is) autor(es) da obra selecionada; mencionar outros tem caráter meramente informativo.

Todos os participantes devem incluir as seguintes informações na declaração juramentada:

A. Declaro que reconheço que devo cumprir todos os requisitos e condições estabelecidos nestes termos e condições.

B. Declaro estar ciente de que qualquer descumprimento das instruções e requisitos de participação detalhados nestas regras resultará em sua desclassificação, independentemente de ser selecionado ou não para o desenvolvimento da ideia.

C. Os autores declaram reconhecer e aceitar que a obra submetida, independentemente de ter sido selecionada pelo Júri, poderá ser exibida, publicada e/ou divulgada da maneira, formato e meio determinados.

Para tanto, os autores concedem ao Promotor e aos Co-organizadores, a partir da data da decisão do Concurso, uma licença gratuita, não exclusiva e por tempo indeterminado para usar a obra, limitada exclusivamente aos fins de exibição, publicação e divulgação institucional, sem que isso implique a transferência de direitos autorais ou gere qualquer direito a compensação econômica.

D. Declare que você está ciente de que uma declaração falsa será considerada conduta antiética e que você estará sujeito às sanções determinadas pelo órgão de ética de sua jurisdição, bem como aos danos e prejuízos que isso possa causar.

E. Declare seu nome ou nome da empresa.

As declarações juramentadas apresentadas pelos participantes serão abertas pela equipe de coordenação após a seleção dos trabalhos de cada categoria, na presença dos assessores, do júri e de representantes das entidades coorganizadoras. Caso o conteúdo de alguma declaração não esteja em conformidade com as regras estabelecidas, o trabalho será desclassificado e o júri procederá à nova premiação, mantendo a ordem estabelecida na decisão original.

2.2.5 Anonimato

É muito importante esclarecer que nem as planilhas, nem o relatório do projeto, nem os nomes dos arquivos podem conter nomes ou dados que os vinculem aos autores.

O não cumprimento deste ponto resultará na desclassificação do concurso.

Após o recebimento dos trabalhos, os assessores atribuirão um código de identificação confidencial para proteger a identidade dos autores. Após a seleção dos trabalhos e eventuais menções honrosas, a identidade dos autores será revelada e será verificada a sua conformidade com os requisitos da Declaração Juramentada.

2.3 DO SERVIÇO DE CONSULTORIA

2.3.1 Assessores do Concurso

Os assessores são o Dr. Daniel Kozak e o Dr. Roberto Busnelli, da FPAA. O Dr. Martín Motta, da CAF, e Hernán Bisman, da FPAA, foram nomeados coordenadores da competição.

Os coorganizadores terão autonomia para nomear outros assessores caso estes não consigam cumprir as tarefas exigidas.

2.3.2 Deveres dos assessores

Os assessores devem:

- Redigir o edital de convocação e o regulamento do concurso, de acordo com as diretrizes dos coorganizadores.
- Ter as regras aprovadas pelos co-organizadores.
- Responder, de acordo com o procedimento estabelecido no Regulamento, às perguntas ou esclarecimentos que os participantes formularem anonimamente.
- Solicitar aos co-organizadores a lista dos membros selecionados do júri.
- Receber os trabalhos submetidos pelos co-organizadores, gerando uma chave para preservar o anonimato dos participantes e redigir um relatório detalhando os trabalhos recebidos, rejeitados e observados.
- Convocar o Júri, entregar as obras e o relatório referidos no parágrafo anterior e participar da reunião com poder para emitir parecer sobre a interpretação do Regulamento feita pelos participantes, assegurando que todas as disposições obrigatórias sejam cumpridas.

- h) Assinar em conjunto a decisão do júri, indicando quaisquer discrepâncias que possam existir, e comunicar o resultado do concurso aos co-organizadores.
- i) Após a seleção dos participantes em cada categoria, os assessores devem verificar se as suas declarações sob juramento cumprem os requisitos estabelecidos nestas regras.

2.3.3 Consultas com assessores

Os assessores responderão às perguntas enviadas pelos participantes e publicarão as respostas no site oficial do concurso:

<https://www.caf.com/pt/trabalhe-conosco/chamadas/concurso-de-arquitetura-educacional/>

As perguntas devem abordar pontos específicos do Regulamento e devem ser breves e claras. Os relatórios emitidos pelo Comitê Consultivo serão incorporados ao Regulamento e submetidos ao Júri após sua formação. Todas as dúvidas dos participantes devem ser enviadas exclusivamente para concursofpaacaf@gmail.com e serão respondidas de acordo com as datas estabelecidas no cronograma da competição.

2.3.4 Cronograma

Lançamento do concurso:	20 de fevereiro de 2026
26 de fevereiro:	Encerramento da primeira rodada de consultas.
1º de março.	Respostas dos assessores.
15 de março:	Encerramento da segunda rodada de consultas.
25 de março.	Respostas dos assessores.
6 a 16 de abril*	Prazo para submissão de propostas ao Concurso

*Até 16 de abril, às 23h59, horário de Caracas, Venezuela (GMT -4)

2.4 APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

2.4.1 Condições

A proposta deve ser submetida digitalmente e consiste em três arquivos PDF:

- O primeiro arquivo consiste em quatro (4) folhas em formato horizontal tamanho A2 (até 40 MB);
- O segundo arquivo contém o Relatório do Projeto, e
- O terceiro arquivo contém a declaração juramentada, veja o Anexo A.

A seguir, detalhamos o conteúdo mínimo que deve ser incluído nas propostas submetidas:

L1_ PRIMEIRA FOLHA: Análise do contexto, incluindo as seguintes dimensões: ambiental, geográfica, cultural, socioeconômica, pedagógica, entre outras. Dados e diagnóstico do local específico a ser intervencionado, com o registro das condições preexistentes no caso de uma melhoria, e a identificação do problema para o qual se busca uma solução.

L2 e L3 - SEGUNDA e TERCEIRA FOLHAS: desenvolvimento do projeto, incluindo plantas, cortes, vistas, perspectivas, esquemas da proposta pedagógica, estratégias de replicabilidade e escalabilidade, esboços e tudo o que os autores considerarem necessário para a plena compreensão das propostas.

L4_ QUARTA FOLHA: A(s) imagem(ns) mais impactante(s) da proposta (ex.: fotomontagem) que ocupa(m) a folha inteira.

RELATÓRIO DO PROJETO: Este deve incluir um resumo de até 2000 caracteres (incluindo espaços) e um relatório completo de no máximo 8 páginas (formato A4), fonte Arial, tamanho 12, espaçamento duplo, que, na opinião dos participantes, ilustre a intervenção. Uma imagem vertical e uma horizontal devem ser fornecidas para possível publicação.

O relatório deve detalhar os fundamentos teóricos e técnicos da proposta, seu contexto territorial, geográfico, cultural e social, as condições bioclimáticas, suas características, o conjunto de operações de projeto, tecnologias, pesquisas e estudos prévios que determinaram a proposta adotada, bem como toda a documentação e bibliografia que forneça dados concretos significativos sobre o desempenho da proposta. O relatório também deve incluir as inovações incorporadas ao projeto com base em pelo menos quatro dimensões de abordagem propostas no Guia de Inovação para Espaços de Aprendizagem do CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe -: articulação com o ambiente urbano/rural; adequação e flexibilidade espacial; ecodependência e sustentabilidade ambiental; e inclusão, diversidade e perspectiva de gênero.

2.4.2 Categorias

Este concurso para propostas inovadoras em infraestruturas de aprendizagem irá trabalhar em quatro categorias bem definidas:

1. Contexto urbano: Nova construção
2. Contexto urbano: Melhoria, reforma ou expansão
3. Contexto rural: Nova construção
4. Contexto rural: Melhoria, reforma ou expansão

A categoria Nova Construção abrange o projeto completo do empreendimento, sem considerar quaisquer estruturas preexistentes. A área proposta deve ser devidamente justificada com base no programa de usos definido pelos participantes e não pode exceder 500 m² de área construída total.

A categoria Melhoria, reforma ou expansão, tanto em contextos urbanos quanto rurais, abrange a expansão, reforma, reabilitação e/ou reutilização de um edifício existente ou parte dele. Isso pode incluir espaços diretamente relacionados ao aprendizado, como salas de aula, salas multiuso, jardins, pátios e/ou galerias; bem como áreas de apoio ou infraestrutura, como banheiros, cozinhas, refeitórios, áreas de armazenamento, salas de máquinas e outras opções. Essas propostas também podem incluir o desenvolvimento de áreas externas com equipamentos complementares.

Algumas das dimensões ou temas que devem estar presentes no desenvolvimento dessas categorias e que servirão de base para a elegibilidade das propostas:

- Projetos que incluam inovação em aspectos ambientais e de ecodependência .
- Projetos localizados em áreas com vulnerabilidade socioeconômica.
- Projetos que combinam inovação construtiva e inovação educacional, onde o quadro educativo desafia e define a organização espacial e funcional-pedagógica da proposta.
- Projetos que incluam inovação em aspectos sociais, promovendo a participação e uma perspectiva de inclusão, diversidade e igualdade de gênero.
- Projetos "aprimoráveis" que desenvolvem novos conceitos de adequação, flexibilidade e adaptabilidade à mudança, com foco no usuário final como protagonista dessas estratégias.

- Projetos que promovem a inovação no uso de materiais e técnicas locais e que valorizam o capital humano da comunidade onde são desenvolvidos.
- Projetos que, com base em um desenvolvimento específico, podem, no entanto, estabelecer protocolos de ação regionais para que possam ser transferidos/replicados para outros contextos e problemas.

2.4.3 Identificação

Para cada trabalho, os participantes devem enviar a declaração juramentada (Anexo A) com suas respectivas assinaturas digitalizadas através do link de upload.

Deve incluir os seguintes detalhes:

- a) Nome(s) do(s) autor(es) da proposta, com ou sem menção de colaboradores. Todos os participantes, independentemente da sua função, devem assinar de próprio punho ao lado das suas informações. Quem omitir esta etapa não será considerado parte da equipe.
 - b) Grau universitário (instituição e data de outorga), número de matrícula e faculdade, associação ou conselho profissional em que está inscrito.
 - d) Endereço (rua, código postal, estado e país), número de telefone fixo ou celular e endereço de e-mail de um dos autores que representa a equipe.
 - e) Nome da empresa ou razão social e número de registro para faturamento
- Qualquer declaração que não contenha os dados exigidos nestes termos e condições, devido ao incumprimento, estará sujeita a desqualificação caso seja selecionada, sem direito a qualquer reclamação.

2.4.4 Recebimento das obras

As inscrições devem ser enviadas para o site oficial do concurso até às 23h59, horário de Caracas, Venezuela (GMT -4), de acordo com o cronograma estabelecido, seguindo as instruções abaixo:

- 1) Envie o trabalho para o site oficial do concurso:

<https://www.caf.com/pt/trabalhe-conosco/chamadas/concurso-de-arquitetura-educacional/>

- 2) A submissão consiste em três arquivos em formato PDF: o primeiro contém as quatro folhas (até 40 MB), o segundo contém o Relatório do Projeto, de acordo com os detalhes do ponto 1.4.1 destas regras, e o terceiro contém a declaração juramentada, conforme Anexo A em anexo.

Os arquivos estão nomeados da seguinte forma: o primeiro PDF contendo as folhas é chamado de DOCUMENTO 1, o segundo PDF com o relatório do projeto é chamado de DOCUMENTO 2 e o terceiro PDF com a declaração juramentada é chamado de DOCUMENTO 3 (Anexo A).

Nenhum dos elementos submetidos deve conter informações de identificação, incluindo as propriedades ou metadados dos arquivos enviados. A folha base anexa ao Regulamento do Concurso, incluída como Anexo B, deve ser utilizada.

2.5 DO JÚRI

Os jús serão nominativos e irrevogáveis quanto à sua constituição até a emissão do veredicto, que funcionará com um quórum mínimo constituído por metade mais um de seus membros.

Na seleção dos trabalhos para cada categoria, a decisão do júri será tomada por votação direta de seus membros. Em caso de empate entre duas ou mais obras selecionadas, o presidente do júri poderá proferir o voto de desempate. As reuniões do júri serão realizadas em segredo, e somente seus membros e assessores poderão participar. Cada membro do júri terá direito a um voto. Os assessores não têm direito a voto.

2.5.1 Composição do júri

O júri será composto por seis membros:

- Gerente de Desenvolvimento Social e Humano da CAF ou quem ele designar;
- Presidente da FPAA ou quem quer que a instituição designe;
- Quatro jurados nomeados pelos co-organizadores.

O júri terá o poder de declarar nula qualquer uma das categorias da competição, desde que a decisão seja aprovada por maioria simples dos membros presentes e que as razões para tal ação sejam plenamente justificadas. O representante da CAF presidirá o júri e o representante da FPAA atuará como vice-presidente. Em caso de empate, o presidente do júri terá o voto de desempate.

2.5.2 Deveres e poderes do júri

Os deveres e responsabilidades do júri são:

- a) Estude e aceite as condições das Bases, respostas e esclarecimentos, que ditam as regras e premissas às quais sua tarefa deverá se conformar, de modo a garantir uma avaliação de todos os trabalhos.
- b) Receber o trabalho e o relatório do Serviço de Consultoria.
- c) Interpretar, após consulta ao Serviço de Assessoria, quaisquer possíveis imprecisões contidas nas Bases, programas e anexos, bem como as respostas ou esclarecimentos emitidos pelo Serviço de Assessoria em resposta às perguntas dos participantes.
- d) Declarar fora do Concurso as obras em que as condições obrigatórias do Regulamento e do programa não foram respeitadas, e aquelas que não foram admitidas de acordo com as regras estabelecidas.
- e) Elabore um juízo crítico sobre todas as obras selecionadas e mencionadas, bem como sobre aquelas não selecionadas que, em sua opinião, merecem ser analisadas.
- f) Premiar as obras selecionadas em cada uma das categorias previstas neste Regulamento e conceder menções honrosas quando considerar apropriado.
- g) Elabore um registro dos resultados da competição.
- h) Realizar um workshop virtual (em data e horário definidos com bastante antecedência) com os autores dos trabalhos selecionados, a fim de compartilhar a avaliação das propostas e apresentar sugestões ou pequenos ajustes às propostas selecionadas.
- i) O júri deve permanecer em suas funções até que a ata com os resultados do concurso para o qual foi nomeado seja elaborada.

2.5.3 Relatório Consultivo

Na primeira reunião, o júri receberá um relatório do Comitê Consultivo sobre o cumprimento das regras do concurso por parte dos participantes, apresentando as observações e explicando as características da competição. O Comitê Consultivo estará à disposição do júri durante todas as deliberações para fornecer os esclarecimentos necessários.

2.5.4 Avaliação dos trabalhos selecionados

Após o encerramento do período de submissão de propostas, a primeira fase do processo de avaliação consiste em uma pré-seleção de projetos com base nos critérios de elegibilidade descritos nestas diretrizes.

As ideias que avançarem nesta etapa inicial de pré-seleção serão submetidas à apreciação do júri, com base nos seguintes critérios de avaliação e seguindo as estratégias de ação descritas nas quatro áreas principais da seção 1.1:

Critérios de avaliação	Pasagem
Projeto arquitetônico e de design abrangente: Integrar de forma coerente e inovadora conceito, programa, forma, materiais e sistemas construtivos. O projeto deve demonstrar uma profunda compreensão do problema apresentado, traduzida em uma solução arquitetônica clara, consistente e bem fundamentada.	25%
Infraestrutura como espaço de inclusão: conceber os espaços de aprendizagem como um terceiro professor, lugares que apoiam o ensino e promovem a autonomia individual e coletiva. Essa visão implica projetar ambientes que reflitam o respeito à diversidade e à igualdade de gênero.	15%
Integrar a infraestrutura com o seu entorno: Conectar os espaços educativos com a comunidade local para enriquecer a troca de conhecimentos e fortalecer os laços entre a escola e a comunidade. Promover processos participativos para a concepção e implementação de infraestruturas adaptadas aos contextos e realidades locais, por exemplo, no que diz respeito à utilização de materiais disponíveis e adequados.	15%
Design, transição e flexibilidade dos espaços de aprendizagem: Promover a flexibilidade para se adaptar a diferentes métodos pedagógicos e estilos de aprendizagem. Criar espaços versáteis e áreas de aprendizagem ao ar livre ou compartilhadas que integrem a educação formal e não formal, oferecendo oportunidades para explorar, experimentar, brincar e aprender de forma dinâmica.	15%
Ecoeficiência e sustentabilidade ambiental: Garantir intervenções que reflitam a importância do respeito ao meio ambiente e da conservação dos nossos recursos, através da utilização de materiais eficientes, da redução das emissões e da utilização de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e Infraestruturas Azul e Verde (IAV).	15%
Transferibilidade ou replicabilidade: Proponha soluções transferíveis que possam catalisar novas propostas em outros locais e ser replicáveis em contextos com características semelhantes. Essas propostas devem desenvolver estratégias organizacionais claras e racionais, bem como sistemas lógicos de materiais e construção que promovam a sistematização de soluções construtivas ou sua pré-fabricação.	15%

2.6 SELEÇÃO DE OBRAS

2.6.1 Propostas selecionadas

Uma obra será selecionada por categoria, juntamente com eventuais menções honrosas que o júri julgar apropriadas. Tanto os projetos selecionados quanto aqueles que receberem menções honrosas serão incluídos em um banco de ideias de projetos gerenciado pela CAF e divulgado aos governos nacionais e subnacionais de seus países membros. Os projetos finalistas também poderão ser apresentados em uma exposição itinerante e em uma publicação organizada em conjunto pela CAF e pela FPAA. Esta etapa final do concurso não deve ser vista como a conclusão de um processo, mas sim como o início de um projeto mais amplo, aberto a todos os governos (em seus diversos níveis), instituições e à sociedade civil como um todo.

Cada participante ou equipe selecionada será contratada pelo Promotor para aprimorar a ideia proposta com base no feedback recebido durante o workshop com a banca avaliadora. Após o aprimoramento das propostas, os participantes selecionados receberão o pagamento estipulado de USD 6.000,00 (seis mil dólares americanos), que inclui impostos locais, comissões e taxas bancárias relacionadas a transferências nacionais e/ou internacionais.⁷

O pagamento aos autores das obras selecionadas será transferido pela CAF em até 120 dias úteis após o recebimento da documentação fiscal correspondente, para que os autores sejam registrados como fornecedores nos países onde foram selecionados como vencedores. Caso a CAF não possua um escritório de representação local, o pagamento será efetuado em sua sede na Venezuela, para a qual os participantes selecionados deverão estar autorizados a emitir faturas internacionais. Em todos os países participantes, o pagamento será realizado em dólares americanos ou, caso a legislação local não o permita, na moeda local equivalente.

2.6.2 Workshop para ajustar propostas selecionadas e condições de contratação

Após o anúncio dos trabalhos selecionados, a Coordenação do Concurso convidará os autores a participar de um workshop virtual com os membros do júri. Após o workshop, os autores deverão incorporar quaisquer ajustes menores que possam surgir da discussão de suas propostas.

As propostas revisadas devem ser submetidas nas mesmas condições estabelecidas na seção 1.4.1, ou seja, utilizando quatro (4) folhas e um Relatório Descritivo. O Relatório Descritivo revisado deve detalhar as alterações realizadas, utilizando texto explicativo e/ou diagramas, conforme apropriado. Após a submissão das propostas revisadas, o pagamento estipulado será processado.

Os participantes selecionados terão um prazo máximo de 15 dias para apresentar a documentação necessária para iniciar o processo de inscrição como fornecedores do contrato; após esse período, não poderão mais reivindicar o valor alocado.

Caso os candidatos selecionados, por qualquer motivo, não possam ou não queiram aceitar os termos do contrato, ou caso desistam, tal fato deverá ser documentado por escrito, de forma manuscrita, indicando os motivos e com assinatura autenticada por entidade autorizada. Nesse caso, será realizado um novo processo seletivo, mantendo-se a ordem estabelecida na decisão do júri.

Ao participar, os participantes selecionados autorizam expressamente os coorganizadores e o promotor a divulgar seus nomes, dados pessoais, desenhos e imagens, da maneira, forma e meio que considerarem adequados, para fins informativos, sem direito a qualquer compensação.

⁷dle/123456789/2531 ; e CAF Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (2025). *Ferramenta para a inclusão de critérios de inovação na infraestrutura de aprendizagem na América Latina e no Caribe*.

Os valores totais mencionados nestes termos e condições serão pagos pelo Promotor, que fica expressa e totalmente isento de qualquer compromisso e responsabilidade perante os participantes selecionados e/ou terceiros, ficando isento de qualquer direito de apresentar qualquer reclamação.

2.6.3 Impossibilidade de recurso da decisão

A decisão do júri será definitiva.

Para declarar nula qualquer categoria da competição, as razões sérias que justificam tal medida devem ser minuciosamente comprovadas.

A CAF e a FPAA têm competência para resolver todas as situações que surgirem durante o desenvolvimento da Competição, no que diz respeito à interpretação, modificação e efeitos destas Regras.

2.6.4 Ato Final

Será elaborado um registro no evento público, indicando os nomes dos autores das obras selecionadas com a respectiva chave gerada pelo sistema.

2.6.4. Propriedade intelectual e autorizações

A propriedade intelectual das obras submetidas e selecionadas passará a ser propriedade do Promotor, que poderá reproduzir a ideia e divulgá-la sem o consentimento expresso do autor.

Todos os participantes selecionados manterão o direito de citar e publicar o trabalho selecionado, sem reivindicar quaisquer direitos pecuniários adicionais de autoria, e, por sua mera participação, autorizam expressamente os coorganizadores e o promotor a divulgar seus nomes, dados pessoais, desenhos e imagens, da maneira, forma e meios que considerarem adequados, para fins de divulgação e informação, sem qualquer direito a compensação.

3. BIBLIOGRAFIA E MATERIAIS DE REFERÊNCIA

Balmaceda Errazuriz, MA; Da Costa Mejías, MT; Espinoza León, P.; Maturana Miranda, P. e Sandes Pérez (2019). *Ambientes de aprendizagem. Orientações Técnico-Pedagógicas para o Nível de Ensino Educação Infantil*. Santiago, Chile: Subsecretaria de Educação Infantil. Divisão de Políticas Educacionais.

Banco Mundial (2014). *Catálogo GLOSI*. Disponível em <https://gps.worldbank.org/glosi/overview>

Banco Mundial (2022). *Novas abordagens para reduzir o déficit fiscal*. Washington: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e Banco Mundial.

Barrett, P.S.; Zhang, Y.; Davies, F. & Barrett, L.C. (2015). *Salas de aula inteligentes: Relatório resumido do projeto HEAD*. Manchester: Universidade de Salford.

Barrett, P.; Treves, A.; Shmis, T.; Ambasz, D. & M. Ustinova (2019). *O impacto da infraestrutura escolar na aprendizagem: uma síntese das evidências*. Washington: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento do Banco Mundial. ISBN: 978-1-4648-1378-8. Bosch 2018

CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina - Concurso de Ideias “COVID-19: Novas Oportunidades para Cidades Sustentáveis” <https://www.caf.com/es/temas/c/ciudades/soluciones-urbanas/concurso-de-ideas/>

CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina - Concurso de Propostas para melhoria do habitat em assentamentos informais: Caso de Bañado Norte em Assunção, Paraguai, que realizamos a partir do CAF em 2018. <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1469>

CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina - Concurso para Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social (2018) <https://www.caf.com/es/temas/c/ciudades/concurso-2018/>

CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina - 5ª Competição DU e IS. <https://www.caf.com/es/actualidad/noticias/2018/03/5-concurso-de-desarrollo-urbano-e-inclusion-social-busca-mejorar-la-calidad-de-vida-en-las-ciudades/>

CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina - (Ed.) (2021a). *Guias de projeto para projetos de infraestrutura educacional*. Caracas: CAF. ISBN: 978-980-422-248-1. Disponível em <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1649> (Acesso em 12/05/2023)

CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina - (Ed.) (2021b). *Diretrizes para a Formulação de Projetos de Infraestrutura Educacional*. Caracas: CAF. ISBN: 978-980-422-249-8. ISBN: 978-980-422-248-1. Disponível em <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1649> (Acesso em 12/05/2023)

CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina - (2021c). *Cinco casos de sucesso no planejamento e projeto de infraestrutura educacional*. Caracas: CAF. ISBN: 978-980-422-250-4. Disponível em <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1770> (Acessado em 05/12/2023)

CAF—Banco de Desenvolvimento da América Latina—e Escritório das Nações Unidas para a Redução de Desastres, Escritório Regional para as Américas (Ed.) (2021d). *Guia de Gestão de Infraestrutura para Escolas Seguras no Contexto do Quadro Abrangente de Segurança Escolar*.

Caracas: CAF e UNDRR. ISBN: 978-980-422-248-1. Disponível em <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1827> (Acesso em 12/05/2023)

CAF Banco de Desenvolvimento da América Latina e Escritório das Nações Unidas para a Redução de Desastres, Escritório Regional para as Américas (Ed.) (2021e). *Guia Escolas Seguras para a América Latina e o Caribe*. Caracas: CAF e UNDRR. ISBN: 978-980-422-248-1. Disponível em <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1827> (Acesso em 12/05/2023)

CAF Banco de Desenvolvimento da América Latina e Escritório das Nações Unidas para a Redução de Desastres, Escritório Regional para as Américas (Eds.) (2021f). *Guia de Escolas Seguras para a América Latina e o Caribe*. Caracas: CAF e UNDRR. ISBN: 978-980-422-248-1. Disponível em <http://scioteca.caf.com/handle/123456789/1827> (Acesso em 12/05/2023)

Banco de Desenvolvimento da América Latina CAF (2022). *Desigualdades herdadas: o papel das habilidades, do emprego e da riqueza nas oportunidades das novas gerações*. Relatório sobre Economia e Desenvolvimento. Caracas: CAF. Disponível em <https://www.caf.com/media/4019958/red2022.pdf> (Acesso em 17/11/2025).

CAF Banco de Desenvolvimento da América Latina (2023). *Guia para o projeto de infraestruturas educacionais a partir de uma perspectiva interseccional de gênero e sustentabilidade ambiental*. Caracas: CAF. Disponível em <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2154> (Acesso em 17/11/2025).

CAF Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (2025). *Guia de Inovação em Espaços de Aprendizagem. Ambientes e Infraestrutura Educacionais na América Latina e no Caribe no Século XXI*. Caracas: CAF. Disponível em <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2531> (Acesso em 17/11/2025).

CAF Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (2025). *Guia de Inovação em Espaços de Aprendizagem: Ambientes e Infraestrutura Educacionais na América Latina e no Caribe no Século XXI*. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2531>

CAF Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (2025). *Ferramenta para a inclusão de critérios de inovação na infraestrutura de aprendizagem na América Latina e no Caribe*. Brochura institucional.

Claus, A. (2018). “O impacto da infraestrutura escolar na aprendizagem em escolas secundárias”. *III Congresso Latino-Americano de Medição e Avaliação Educacional* (COLMEE 2018). Montevideo: INNEd, INEE, MIDE-UC e INEVAL.

Dorman, J.P.; Aldridge, J.M. & Fraser, B.J. (2006). “Using students’ assessment of classroom environment to develop a typology of secondary school classrooms.” *International Education Journal*, Vol. 7, No. 7: pp. 906–15.

Duarte, J.; Gargiulo, C. & Moreno, M. (2011). *Infraestrutura escolar e aprendizagem na educação básica latino-americana: uma análise baseada no SERCE*. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, Divisão de Educação (SCL/EDU).

Gallegos, M. (2005). “Educação na América Latina e no Caribe: Pontos Críticos e Utopias”. *Revista Latino-Americana de Estudos Educacionais (México)* , vol. XXXV, n. 1-2: pp. 7-34. Cidade do México. ISSN: 0185-1284

Miranda L., F. (2018). “Infraestrutura escolar no México: lacunas sobrepostas, esforços e limitações das políticas públicas”. *Perfiles Educativos* 32, vol. XL, nº 161: pp. 32-52. IISUE-UNAM

Murduchowicz , A. & Duro, L. (2010). “Investimento educacional na América Latina e no Caribe”. *Entrelíneas de la Política Económica*, Nº 26, Ano 4, Agosto.

Murillo, J. & Roman, M. (2011). “A infraestrutura e os recursos escolares importam: análise da incidência dos recursos escolares no desempenho de estudantes latino-americanos”. *School Effectiveness and School Improvement: An International Journal of Research, Policy and Practice* , 22:1: pp. 29-50. DOI: 10.1080/09243453.2010.543538

Nair, Prakash & Fielding, Randall (2005). *A linguagem do design escolar* . Minneapolis: DesignShare.

Nasuna , G.; Arinaitwe, J.; Barigye, E. & Kyayemagye , F. (2022). “Efeito da infraestrutura escolar na matrícula de alunos em escolas de ensino primário universal: um caso da cidade de Mbarara, Uganda.” *Revista da África Oriental de Educação e Ciências Sociais* 3 (2): pp. <https://doi.org/10.46606/eajess2022v03i02.0170>

O'Donnell W., P. & P.; Mau, B. & Orr, D.W. (2010). *O Terceiro Livro do Professor*. Abrams Books.

OCDE CELE (2011). *Projetando para a Educação: Compêndio de Instalações Educacionais Exemplos* . Paris: OCDE Publishing.

Perrotti , DE & Sánchez, RJ (2011). *A lacuna de infraestrutura na América Latina e no Caribe* . Série Recursos Naturais e Infraestrutura, nº 153. Santiago, Chile: CEPAL, Nações Unidas. ISSN: 1680-9017

UNESCO (2016). *Ruralidades, Educação e TIC: Desafios urgentes para as políticas públicas educacionais para a integração das TIC*. Caderno SITEAL, outubro. Paris, Buenos Aires e Madrid: UNESCO, IPE-UNESCO e OEI.

UNESCO-OREALC (Ed.) (2017). *Suficiência, equidade e eficácia da infraestrutura escolar na América Latina segundo o TERCE* . Santiago, Chile: Escritório Regional para a Educação na América Latina e no Caribe (OREALC/UNESCO).